



O “NÃO LUGAR” DO “CORPO TRAVESTI” NO “CORPO DISCENTE” DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NA AMAZÔNIA NORTISTA

*Damião Rocha*¹

*Jessika Villalon*²

RESUMO

Atualmente são pouquíssimas as travestis/transsexuais que desenvolvem uma carreira acadêmica. Estima-se que 90% delas estejam em situação de prostituição. No entanto, recentemente, no ano de 2020, a Folha/SP publicou uma fala transfóbica do Ministro da Educação da gestão de Bolsonaro: “tenho reservas e ressalvas em relação a ter professoras travestis e transgêneros na sala de aula”. A partir disso, neste trabalho apresentamos uma amostra dos programas de pós-graduação em educação na região Norte sobre/com as travestis/transsexuais nas dissertações e teses na Amazônia nortista. Trata-se de uma “pesquisa implicada” (ROCHA; MAIA, 2017) de base fenomenológica do grupo Gepce/minorias com autorias como: bell hooks (2019), Judith Butler (2008), Daniel Borrillo (2010). Nos resultados sinalizamos sobre a “objetificação” de “corpas trans” e a negação das oportunidades de acesso à educação superior, à pós-graduação e pesquisa em função do “lugar” de subalternação no qual somos nós, “pessoas T”, colocadas; apesar de que ao menos 12 universidades federais já ter cotas para alun@s trans, e algumas com vagas específicas na graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Pessoas T; Pós-graduação e pesquisa; Amazônia.

THE “NO PLACE” OF THE “TRANSGENDER BODY” IN THE “STUDENT BODY” OF GRADUATION AND RESEARCH IN THE NORTHERN AMAZON

ABSTRACT

There are very few transvestites/transsexuals who have an academic career. It is estimated that 90% of them are in prostitution. However, recently in 2020, Folha/SP published the transphobic speech of Bolsonaro's education minister: “I have reservations and reservations about having transvestite and transgender teachers in the classroom”. The work brings the sample of PG's of education in the North region

¹ Pós-Doc. pela UEPA. Doutor em educação pela UFBA. Mestre em educação brasileira pela UFG. Docente do PGEDA/UFPA/UFT e PPGE/UFT. Homem gay cisgênero, Vice coordenador do polo Palmas do PGEDA/UFT. Coordenador do PPPGE/UFT. Líder do grupo de pesquisa Gepce/minorias. Sócio Anped GT 12 - Currículo. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5788-7517>. E-mail: damião@uft.edu.br

²Doutoranda em Educação na Amazônia (PDEGA/UFPA/UFT). Mestra em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL/UFT). Graduada em Pedagogia, Teatro. Mulher trans, Professora da educação básica do sistema municipal de educação de Palmas - TO. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gepce/minorias. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0234-1282>. E-mail: jessikaavillalon@gmail.com

about/with transvestites/transsexuals in dissertations and theses in the northern Amazon. This is an “implied research” (ROCHA; MAIA, 2017) with a phenomenological basis by the Gepce/minorities group with authors such as: bell hooks (2019), Judith Butler (2008), Daniel Borrillo (2010). In the results, we point out the “objectification” of “trans bodies” and the denial of opportunities for access to higher education, graduate studies and research due to the “place” of subalternation in which we, “T people”, are placed; although at least 12 federal universities already have quotas for trans students, and some with specific vacancies at undergraduate and graduate levels.

Keywords: People T; Postgraduate and research; Amazon.

EL “NO LUGAR” DEL “CUERPO TRAVESTI” EN EL “CUERPO ESTUDIANTIL” DE GRADUACIÓN E INVESTIGACIÓN EN EL NORTE AMAZONICO

RESUMEN

Son muy pocas las travestis/transexuales que tienen una carrera académica. Se estima que el 90% de ellas se encuentran en la prostitución. Sin embargo, recientemente en 2020, Folha/SP publicó el discurso transfóbico del ministro de Educación de Bolsonaro: “Tengo reservas y reservas sobre tener profesores travestis y transgénero en el aula”. El trabajo trae una muestra de PG's de educación en la región Norte sobre/con travestis/transexuales en disertaciones y tesis en la amazonia del norte. Se trata de una “investigación implícita” (ROCHA; MAIA, 2017) con base fenomenológica del grupo Gepce/Minorias con autores como: bell hooks (2019), Judith Butler (2008), Daniel Borrillo (2010). En los resultados, apuntamos la “objetivación” de los “cuerpos trans” y la negación de oportunidades de acceso a la educación superior, posgrado e investigación debido al “lugar” de subalternación en el que nos ubicamos las “personas T”. ; aunque al menos 12 universidades federales ya cuentan con cupos para estudiantes trans, y algunas con vacantes específicas a nivel de pregrado y posgrado.

Palabras clave: Personas T; Postgrado e investigación; Amazonia.

1 INTRODIZINDO A QUESTÃO DO “SUJEITO SOCIAL” E A CONJUNTURA POLÍTICA

A “justiça curricular” se impõe no momento da política partidária brasileira atual em que a democracia esteve mais em crise, diante do beligerante governo de Bolsonaro, do Partido Liberal (PL) de 2019 a 2022, com o flagrante desmonte das ações, programas e projetos de direitos humanos. O bolsonarismo surge em nosso país com a popularidade de Jair Bolsonaro, eleito, em 2018, tendo como um dos alvos de ataques as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Na gestão do presidente supracitado é extinta a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), e, na sequência, há um desmonte da

Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Humanos LGBT's, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, descaracterizando a Fundação Cultural Palmares, e cria, a partir disso, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação e da Defesa, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que no primeiro pronunciamento da Ministra afirmou que na nova era: "Menino veste azul e menina veste rosa"³.

De fato, houve um tempo - muito distante - em que o uso dos termos esquerda e direita soava muito anacrônico. Entretanto, de forma mais recente, os dobres fúnebres cessaram e a díade, mais "famigerada" do que nunca, ressurge! As oposições se reafirmam em um cenário de grande visibilidade e, curiosamente, o fato que emergia na década de 1990 como o fator que tornou ultrapassada a distinção esquerda/direita – o comunismo ou o seu desmoronamento – é reavivado, anacronicamente, – não há concretamente um revival dos Estados Comunistas – como peça de conceituação da díade.

Revival de certo modo surpreendente que nos faz indagar: se vivo estivesse, como Bobbio avaliaria essa nova feição do mundo? E como, nesse período de uma geração, que nos separa do dia em que "o muro foi derrubado", a escola ouviu e executou esses dobres, como respondeu à indagação: Por quem os sinos dobram? (CARVALHO, SALES; SÁ, 2016, p. 6).

Esse revival vem sendo gestado no Brasil e se intensifica em 2013, nas chamadas "Jornadas de junho", "Levante popular", "Protestos no Brasil" ou até mesmo de "Insurreição de 2013" ou ainda, durante a campanha presidencial de 2018 que, além dessas manifestações de massa, passam a ser utilizadas estratégias de mídia alternativa, o ciberativismo, a utilização de robôs para disseminação de *fake news*.

De 2019 em diante se propagaram, em meio ao bolsonarismo, impulsionado pelo "gabinete do ódio", ameaças à cidadania ativa aos "inimigos" do

³ discurso da ministra Damares Alves do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, na posse do governo Bolsonaro, em 2 de janeiro de 2019, na ocasião afirmou que "menina será princesa e menino será príncipe" <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em 11/05/2022

bolsonarismo, aos “sujeitos sociais”, as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais (LGBTQIA+); dentre estas as “pessoas T” que identificadamente são as que mais sofrem a exclusão, a partir da narrativa do governo bolsonarista associada à “defesa da família”, do “patriotismo”, do “conservadorismo”, do “autoritarismo”, do “porte de armas” e sua necropolítica; rechaçando os direitos humanos e provocando consequências nefastas às políticas curriculares, à “justiça curricular” (ROCHA, 2020) de combate à discriminação e a violência de gênero. É importante destacarmos nessa discussão a questão do “sujeito social” para/na política, pois como analisa Butler (2008, p. 19), “os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política”. A lei, o poder jurídico produz e oculta a noção de “sujeito perante a lei”. Em relação ao direito das mulheres ou das mulheres trans, por exemplo,

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminino, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (Butler, 2008, p. 19).

4

Certamente, a questão das mulheres como sujeito do feminino suscita a possibilidade de não haver um sujeito que se situe “perante” a lei, à espera de representação na lei ou pela lei. Talvez o sujeito, bem como a evocação de um “antes” temporal, seja constituído pela lei como fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade (BUTLER, 2008 p. 19).

Se considerarmos as demandas no âmbito dos direitos individuais e coletivos, na Constituição Federal de 1988 (Direito à vida, Direito à liberdade, Direito à igualdade, Direito à segurança, Direito à propriedade), podemos pensar a partir do par jurídico: “proteção jurídica forte” ou “proteção jurídica fraca” (PAULA, SILVA, BITTAR: 2017), em relação aos sujeitos sociais.

Sobre a “proteção jurídica forte ou fraca” (PAULA, SILVA, BITTAR: 2017), apesar da ampla cobertura legislativa forte (civil, criminal, administrativa, trabalhista, processual) de diversos grupos minoritários; o grupo de pessoas LGBTQIA+ tem garantido poucos direitos regulamentados, à exceção da

efetiva atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) nestes últimos anos na concessão de direitos e; portanto, às pessoas LGBTQIA+ tem se efetivado uma proteção jurídica fraca.

As pessoas humanas “travestis/transexuais”, as “mulheres trans”, as “pessoas T entre gêneros”, em sua maioria, estão em situação de vulnerabilidade social e também empurradas para o “lugar” de prostituição e em risco de vida. Em poucas escolas da educação básica se veem professoras travestis/transexuais, e quando elas estão nas salas de aula, são vítimas de preconceito, da “homofobia institucional” (BORRILLO, 2010), da “homofobia cordial”, seja de gestores escolares, como também de colegas de trabalho, geralmente mulheres heteronormatizadas.

Por outro lado, pouquíssimas terminam a Educação Básica, possuem um certificado de Ensino Médio ou tem acesso e permanência na Universidade em um curso superior. A média de expectativa de vida de uma pessoa travesti/transexual, no Brasil, é de 35 anos de idade, conforme reportagem de Agência Senado Notícias de 2017⁴.

O espaço físico só se torna lugar quando existe significado nele. O não lugar é quando um determinado grupo de pessoas não se encaixa nele, e não possui razões para sua permanência. Este conceito de lugar é antropológico, “identitário, relacional e histórico” e quando esse espaço não é reconhecido dentro de uma dessas três definições é um “não-lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73). Não se reconhecer em um lugar, torna este espaço superficial, estranho, apenas de passagem.

Antonio Nóvoa (2006) contextualiza que o pertencimento e identidade, exercido pelos professores é imprescindível para que eles transformem os processos em “práticas concretas de intervenção”. Assim sendo, quando um espaço escolar impede a identificação de alunos e professores, é um não-lugar.

⁴ Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Reportagem de Larissa Bortoni de 20/06/2017, 09h54. Fonte: Agência Senado. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>

O “não lugar” (AUGÉ, 2005), lugar público de rápida circulação e permanência, contrapondo-se à residência, à moradia, lugar de pertença, é uma questão para nós “pessoas T” importante de discutirmos, problematizarmos e tomarmos como categoria de pesquisa. Ser/estar nesse trabalho que investiga o “lugar” e/ou “não lugar” em que nós “pessoas T entre gênero” (ROCHA, COELHO, FERNANDES, 2020) somos colocadas, aqui na região Norte, na Amazônia, faz diferença.

Nossa implicação é com as pessoas que se identificam como mulheres travestis/transsexuais que - assim como eu - coautora deste trabalho, vivenciam um percurso difícil para ter acesso à escola, à Universidade e à pós-graduação e pesquisa, (isso em uma escala sempre ascendente de dificuldades e desafios). No meu caso, já como professora da Educação Básica, muito recentemente, consegui ser aprovada no Doutorado em Educação e aceita como pesquisadora em um grupo de pesquisa, o Gepce/minorias, que é liderado por um professor, gay cisgênero, com pós doutorado em educação.

As “mulheres T” têm sido quase sempre “objetificadas sexualmente”, e em meio a estigmas e tabus atribuídos a elas, a nós, pela sociedade cisheteronormativa⁵, nossos direitos básicos são negligenciados: direito à vida, à saúde, à educação, e dificilmente temos tido o direito ao “lugar” na pós-graduação e pesquisa na Universidade. Temos pesquisas de autoras transsexuais como Megg Raiara, Sara York e outras. Nesta pesquisa, muitas vezes assumimos a primeira pessoa do plural, o “nós”, em função do nosso pertencimento, nossa “posição de sujeito” e “lugar de fala”.

Neste trabalho fizemos uma pesquisa sobre dissertações que abordassem a transexualidade, no período compreendido entre 2010 à 2019, nos Programas de Pós – Graduação em Educação, nos estados que

⁵ O uso do termo cisheteronorma em substituição a heteronorma, na reafirmação de que a construção da identidade de gênero é socialmente realizada na tentativa de unificar identidade de gênero e sexual, mas que tais construções são distintas e representam opressões diferentes contra o indivíduo. (ROSA, 2020) Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>

compõem a Amazônia legal. A pesquisa foi realizada inicialmente no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores: “travesti”, “transexual” e “transexualidade”. Também verificamos os Repositórios Institucionais dos programas, com fins de encontrar trabalhos que não estivessem listados na CAPES. Em um primeiro momento, apresentamos as vivências de ser/estar uma pessoa “T” nortista, perpassando pelas vivências e resistências em campos educacionais, até apresentarmos os resultados obtidos.

1.2 Ser/Estar uma “Pessoa T” Travesti/Transexual Nortista na Amazônia

As manchetes de jornais sobre as “mulheres T” raramente mostram suas/nossas histórias pesáveis ou de sucesso na vida e na carreira professoral e acadêmica. Quase sempre as “mulheres T” são colocadas em pautas e páginas policiais, porque como todas as demais cidadãs se envolvem em delitos e crimes, até por conta de sua condicionalidade social, no entanto, são mostradas com humor escrachado, expostas ao ridículo e ao estereótipo. Ferreira Junior e Costa (2016) apresentam como as “pessoas transgênero” são mostradas nas notícias da mídia paraense, por exemplo:

Relativamente à violência cometida contra homossexuais e transexuais narrada nos impressos paraenses, observamos que elas passam da tragédia à banalidade, da seriedade à ironia ou ao riso, de modo que esses indivíduos, ao serem caracterizados como “homossexuais” ou “travestis”, são construídos e apresentados narrativamente de maneira negativa, fora de uma pretensa ordem social, segundo a qual as ações violentas sofridas ou realizadas por eles se devem à sua condição sexual, esvaziando ainda mais a discussão sobre os tipos de violação que atingem especificamente a população LGBT no Brasil. Deste modo, as narrativas midiáticas fazem circular representações do homossexual e do transexual repletas de estigmas e reafirmação das normas (FERREIRA JUNIOR; COSTA, p. 530-531).

A situação no Pará não difere das outras cidades e estados, tanto na região amazônica quanto em outras regiões brasileiras. Os casos de violência contra homossexuais e pessoas trans são tratados de forma banal, e muitas vezes ridicularizados em programas sensacionalistas de alcance nacional. O

Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais do ano de 2020, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) nos mostra a perversa realidade em que vivem as “pessoas T”:

Em 2020, 71% dos assassinatos aconteceram em espaços públicos, tendo sido identificado que pelo menos 8 vítimas se encontravam em situação de rua. Também foi identificado que pelo menos 72% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais. É exatamente dentro desse cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades encontrando-se em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas (ANTRA, 2021, p.44)

A privação dos direitos básicos das “pessoas transgênero” causa suas mortes. Por ser/estar em uma “corpa trans/modificada”, a marginalização torna-se praticamente uma consequência imposta, principalmente para as pessoas “travestis/transexuais” que não possuem o que é chamado de “passabilidade”. Este conceito, muito controverso, às vezes é chamado de leitura social cisgênera, sendo entendido quando um homem ou uma mulher trans “passam por” um homem ou mulher cisgênero, ou seja, diz-se que “ser passável” significaria uma “aceitação social”. Ainda assim, as travestis/transexuais “passáveis”, não ficam fora do risco de serem discriminadas, agredidas, e serem colocadas no lugar de segregação social. É notória a discriminação que as “pessoas T”, em especial “mulheres travestis e transexuais”⁶ enfrentam cotidianamente. A sociedade não sabe enfrentar, muito menos tratar uma pessoa transexual e, muitas vezes, estas são acometidas por atos de discriminação por pessoas que estão também no “lugar” de submissão em relação ao padrão heteronormativo, assim como afirma Passamani (2014, p. 218):

⁶ a condição social do “homem trans” e “pessoas transmasculinas” não abordamos neste texto, pois requer uma outra discussão também sobre o lugar da segregação a que são colocados. Uma leitura importante é o e-Book *Transresistência: histórias de pessoas trans no mercado formal de trabalho* de Caê Vasconcelos, Editora: Casa Flutuante, 2018.

https://abrajibucket001.s3.saeast1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/4f6ea59e-61d1-45f4-ada6-0e80be7d8501/Transresistencia-e-book-ed2.pdf

A figura da/do transexual ainda é vítima de muito preconceito e discriminação, em grande medida, motivada pelo desconhecimento que paira sobre ela. Portanto, a estratégia (talvez inconsciente/involuntária) de filiar-se às explicações dos modelos biomédicos de um essencialismo biológico e genético funciona como uma válvula de escape para uma culpa moral que é atribuída pela sociedade a todos os sujeitos que de alguma forma desviam-se dos caminhos normativos estabelecidos como os mais corretos e desejáveis para as pessoas.

A “existência trans”, por si só, está/esteve associada à situação constrangedora e repulsiva. Para contrariar a existência das pessoas transgênero, a sociedade em geral se ancora no conceito biológico para não “arcar” com a violência e opressão que é estimulada através dos discursos de ódio amplamente reproduzidos. As “mulheres travestis/transexuais”, encontram diversas dificuldades, e precisam desenvolver força vital, ação que rege a vida física e mental, como apontado por Cayres, Silva e Silva (2020, p.87), para sobreviverem.

A base do livre exercício da sexualidade e autonomia de identidade de gênero aborda questões relativas ao próprio corpo e sua sexualidade: orientação sexual, expressão e identidade de gênero. Liberdade e autonomia mostram-se conquistas valorosas, pois desde a adolescência, as mulheres transexuais, de forma geral, são cobradas socialmente para o enquadramento social dominante, binário e heterossexual, até que a necessidade de viver sua identidade plena torna-se maior. Nessa ocasião, muitas mulheres são convidadas a sair de casa, o que impede o exercício de todas as demais capacidades. A segunda capacidade é igualmente básica: ser saudável. Entretanto, enquanto a mulher transexual não obtém a documentação com seu gênero feminino, existe muito preconceito e discriminação, em diferentes esferas de atendimento de saúde. Em relação à terceira capacidade - manutenção da integridade física e moral, a situação é crítica, pois muitas mulheres transexuais ainda estão expostas diariamente a riscos de agressões físicas e verbais. O preconceito ainda é altíssimo, responsável por muitas vítimas de ameaças, coerção, privação arbitrária de liberdade, homicídio, espancamentos, sequestros e violência sexual. A educação para as mulheres transexuais pressupõe além da qualidade de ensino, um ambiente acolhedor, onde exista respeito. Trata-se de um grande empecilho para o desenvolvimento acadêmico e profissional das mulheres transexuais, já que muitas delas associam esse ambiente a experiências negativas, de preconceito e discriminação. O resultado é a postergação dos estudos e a evasão escolar.

O desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e moral para uma “corpa cisgênero” de um/uma adolescente não deixa de ser pautado

por momentos de frustrações e períodos críticos, para “corpa trans”, um “corpo estranho” (GUACIRA LOURO, 2016), o fenômeno da transexualidade e da travestilidade como “não lugar” é bastante perturbador também para as “pessoas T entre gêneros”. Nós não somos um corpo, temos um corpo.

Metaforicamente, “A pele que habito”, filme de 2011, dirigido por Pedro Almodóvar, é uma caricatura da transgenitalização do “corpo travesti/transexual” no “corpo discente” da pós-graduação e pesquisa na Universidade na Amazônia. Na visão de Rocha e Leão (2017, p.5):

O título do filme, A pele que habito, nos dá a ideia inicial de habitar, de morada, de casa, e esta habitação, no caso, seria a nossa pele. Que por sua vez, age como uma cobertura de um corpo, exercendo a função de pele como órgão que envolve o corpo, demarcando o seu limite externo e, ao mesmo tempo, exercendo funções vitais para o funcionamento interno. Habitar uma pele é, portanto, estar na essência de um ser, manifestado na aparência da pele que nos envolve, delimita, apresenta e representa. Em vista disto, o título, ao prenunciar o lugar onde eu moro, já evidencia que a pele não é tudo aquilo que somos, mas aquilo que habitamos.

O gênero das pessoas trans “transcende” o corpo físico. Em suas “corpas”, carregam resistência, efeitos da luta diária para serem reconhecidas como pessoas dentro de práticas de normatividade heterossexista. Seja na universidade, na Amazônia, todas as pessoas T compartilham das mesmas lutas e sentimentos, na busca por auto afirmação, e reconhecimento enquanto profissionais e pesquisadorxs.

10

1.3 Vivências Travestis/Transexuais: Resistência em ambientes educacionais

No Brasil, são poucas as “pessoas trans” na Educação Básica e no Ensino Superior, ocupando o lugar professoral, na sala de aula, na pós-graduação e na pesquisa. Nós fazemos parte do grupo de pesquisa Gepce/minorias que, na região Norte do Brasil, está pesquisando com/as mulheres trans. E o “não lugar” à essa minoria social tem muitas variáveis e situações.

Esse grupo minoritário é exposto a um terrorismo social e a variadas violências nos espaços sociais, seja em casa, no trabalho, nas vias públicas e até mesmo nas instituições de ensino. A opressão se revela nas mais variadas dimensões – da física à psíquica, o que torna esse grupo minoritário vulnerável, e o impede de exercer a cidadania em

sua plenitude e de reivindicar direitos naturalmente assegurados para a grande parcela da população, como o direito à educação. A educação deve ser libertária e transformadora. O espaço escolar/acadêmico deve ser um ambiente em que o respeito, a proteção social e o acolhimento devem ser elementos indispensáveis ao bom convívio (TAVARES, 2022, p. 2).

Quando o corpo travesti assume o lugar são noticiados como casos inéditos e veiculados na mídia: Em 2012, a professora Luma Andrade, 35 anos, se tornou a primeira travesti com doutorado do Brasil, ao defender seu estudo de doutorado na Universidade Federal do Ceará (G1, 2012). Em 2017, Megg Rayara Gomes de Oliveira se tornou a primeira travesti negra a receber o título de doutora pela Universidade Federal do Paraná (UNIVERSA, 2019). Em 2018, a primeira travesti a defender doutorado na Unicamp com seu nome social foi Amara Moira, de 33 anos (G1, 2018). Todas as manchetes midiáticas são dos anos 2010 e não se encontra essas notícias das universidades nortistas amazônicas.

É urgente e emergente nos formarmos e formarmos “pessoas T” que participem da construção de uma “educação da diferença”, em que os alunos e professores aprendam a conviver com a diferença. Ser/estar travesti/transsexual no ambiente escolar e universitário é resistência à ordem normativa, nas escolas e universidades que têm gestores/as conservadores, incluindo desde diretores, coordenadores de cursos até membros dos conselhos superiores. As poucas “pessoas trans” que conseguem terminar seus estudos, por muitas vezes se sujeitam, porque são colocadas como pessoas minorizadas, vivenciando muitos enfrentamentos. Silva e Bassalo (2020, p. 276) explicitam bem como deveria ser o ambiente escolar que respeita a diversidade:

O ambiente escolar deveria ser o local em que o caráter disciplinador e de hierarquização entre pessoas, sexo e gênero, poderia ser combatido e desmistificado. Mas em muitos casos, a escola não tem sido isenta de ser um sistema opressor às pessoas não heterossexuais e, por vezes, tem reforçado sentimentos e atitudes de negação e ódio.

O “corpo trans” quebra padrões hegemônicos. Por serem pessoas que não estão de acordo com os padrões, é perceptível a tentativa de boicote à sua expressão identitária de gênero. Existe uma dicotomia do corpo e da

mente em formação. O corpo se expressa na educação e ressalta a singularidade do sujeito e carrega de forma implícita sua corporeidade. A relação do corpo e cultura, corpo e educação, precisa ser reconhecida por sua relevância social, bem como estudos no campo da pós-graduação. Principalmente os corpos que se distinguem do que se espera, do aceitável social, das construções sexistas entre masculino e feminino. Corpos que fogem à regra possuem marcas que suportam estratégias de dominação, segregação, carregados de violências e marcas, sejam elas físicas ou mentais (MAGRIN et al., 2021). De acordo com Rômulo Ribeiro (2019, p. 102):

Estes acordos tácitos de punição são o arcabouço que orientam e mantêm não exclusivamente o dualismo de gênero, mas a homofobia e a transfobia, e podem acontecer nas mais variadas formas, marcando pra sempre as vidas das pessoas alvo desse sistema. Porém, é estarrecedor quando quem deveria promover o ensino crítico e igualitário, captando e problematizando estas situações, posiciona-se exatamente ao contrário e acaba endossando o preconceito, a violência e a opressão contra travestis e transexuais na escola, como é caso de alguns professores.

As construções dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de educação básica e superior precisam abranger e prever o acesso e a permanência de alunos/alunas transgênero, visando uma mudança institucional e social. Os espaços educativos demandam o envolvimento de temáticas que discutam as questões de diversidade sexual, formando professores e profissionais que tenham capacidade de entender/conviver/respeitar a diferença. A escola, a Universidade, deveria ser o local de acolhimento e convivência para “pessoas trans”, mas é exatamente o contrário, como é relatado na pesquisa de Bonassi et al. (2015, p. 94):

Quando a escola falha no acolhimento e oferecimento de condições de permanência às pessoas travestis e transexuais – que vão desde o uso ao nome social, acesso ao banheiro, o combate às violências cotidianas por parte de pares, professoras/es e outros sujeitos que constituem o espaço escolar – ratifica-se a prostituição como saída para a sobrevivência, uma vez que restam poucas chances de qualificação para o trabalho e outras formas de sustento. [...] Quando analisamos os índices de violência nos serviços de educação (42%), bem como familiares (41%) percebemos o quanto o abandono familiar, a expulsão dos lares e as dificuldades em se manter na escola

são alguns dos motivos que contribuem para que pessoas travestis e transexuais tenham a prostituição como saída/destino, e nem sempre como escolha. Os dados sobre escolaridade nos mostram que muitas pessoas relataram terem abandonado o ensino formal, algumas para trabalhar, enquanto outras para se manter morando com as donas de casa, fugindo assim da violência familiar (p.94)

Em geral, os currículos escolares compõem e legitimam a heteronormatividade, colocando a heterossexualidade como a forma correta e plena de se viver, por meio dos polos de binarismo masculino e feminino. No entanto, é necessário questionar os currículos e evitar reproduções e perpetuações de classificações errôneas que envolvem corpo e gênero. O gênero é uma construção social e cultural, e o corpo evidencia essas construções. É preciso desvincular o corpo do essencialismo, do viés biológico (DE JESUS SOUSA; DORNELLES; MEYER, 2021).

O currículo precisa reconhecer as epistemologias e as relações de poder envolvidas no gênero e na sexualidade. Desde o currículo da educação básica que desde sempre reproduz conceitos e constrói as masculinidades e feminilidades, mesmo que seja de forma involuntária, pois somos ensinados a como nos portar, vestir, e sentir de acordo com o gênero que nos é designado ao nascer (DE JESUS SOUSA; DORNELLES; MEYER, 2021).

Esse mesmo currículo pode ser uma abertura para inúmeras (re)significações quanto a gênero e sexualidades, compreendendo que os corpos são transitórios em suas expressões, e a escola, a Universidade, a Pós – Graduação, precisam se aprofundar, em seus estudos, com problematização, para que o currículo não seja uma forma de reprodução de conceitos ultrapassados (DE JESUS SOUSA; DORNELLES; MEYER, 2021).

O silenciamento também é uma problemática observada nas escolas, tratada como sem importância, principalmente pelas equipes gestoras e docentes conforme apontam Silva, Sousa, Ribeiro 2020, p. 23):

O que se observa nas escolas é o silenciamento em temas propícios ao conhecimento da diversidade humana, como gênero, por exemplo. O silêncio gera a perpetuação de culturas que desfavorecem o pluralismo, a democracia e a convivência pacífica entre as pessoas. A diversidade que está na cidade e no campo, nas ruas e nas casas, nos centros urbanos e nas periferias transita também pelo centro de conhecimento formal que é a escola. O transitar de

vidas e pessoas diversas, aprendendo, conhecendo, descobrindo sobre as ciências propicia o desenlace de temas e questões, reflexões e questionamentos, muito embora as/os gestoras/es e equipe docente das escolas retratem as relações sociais como sendo uniformes e todas iguais, sem variações ou lições a serem aprendidas. Por isso, enfatizamos que é necessário compreender a extensão do pensamento dessas/es sujeitas/os alunas/os sobre gênero e entender quais as referências dessas ideias para que assim seja possível pensar em maneiras de abordar o tema em sala, objetivando a desconstrução de preconceitos e discriminação originados das relações de gênero.

Enquanto ambiente de aprendizagem, a escola e a Universidade deveriam ser um espaço acolhedor, ressaltando a necessidade de entender e respeitar a diferença. Porém existem inúmeras dificuldades para que as escolas e universidades se tornem ambientes institucionais de acolhida, como ressalta Guacira Louro (2016, p. 17):

Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade "normal" e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher "de verdade" deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a "inocência" e a "pureza" das crianças (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam "marcados" como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar. (p. 17)

Como espaço de socialização, as escolas e universidades deveriam debater a opressão às "identidades trans", trabalhando o enfrentamento do preconceito e do bullying homofóbico. De acordo com Silva, Sousa e Ribeiro (2020, p. 64):

As representações sociais, coletivas e naturalizadas, exercem o poder de conformar comportamentos e ações no mundo sensível. No entanto, apesar das vigências de gênero determinarem caminhos exclusivos sobre os quais deveremos seguir, as imposições não se realizam por completo; havendo frestas nesse sistema; ajudando assim a dinamizar as regulações e o poder. No entanto, esta dinâmica acaba por oprimir meninas e meninos que não reiteram em seu modo de ser as características demarcadas de maneira rigorosa para homens e mulheres em nossa sociedade; e um caminho delicado é evitar que isso ocorra e se propague dentro do espaço escolar. Assim,

a escola, como uma das instituições sociais responsáveis pela socialização dos indivíduos, poderia representar o espaço ideal para favorecer a igualdade e o respeito por abrigar a diversidade, constituindo-se em um modelo no qual indivíduos deveriam praticar a convivência pacífica com o diverso, sendo estimulados a partir de discussões e reflexões, a respeitar e compreender o outro.

Ainda são poucas as ações e enfrentamentos para a promoção dos estudos de gênero e sexualidade, nas escolas e universidades, bem como são em números reduzidos as pesquisas e as produções acadêmicas sobre a transgenitalização, transexualidade, travestilidade, especialmente, na área da educação. Aqui na região amazônica, ainda existem poucos estudos e pesquisas nos programas de educação de mestrado e doutorado. Este nosso trabalho é um deles que faz parte da pesquisa de doutoramento.

Há uma forte tendência de se pensar as pessoas trans/travestis somente no lugar da prostituição. É preciso dar visibilidade às questões de gênero e transexualidade, transidentidade, para que ao quebrar paradigmas e preconceitos, nós, “pessoas trans” possamos ocupar o lugar do corpo discente nas escolas e universidades, e também contrapor-se aos “currículos masculinizados”.

É importante pensar um currículo escolar e universitário que inclua a transsexualidade, e que não seja repressor das diversas manifestações identitárias. Nesse sentido, somente professores e alunos que convivam em uma ambiência de igualdade de gênero são capazes de conviver com/a diferença, que conforme Louro (2016, p. 65):

se torna ainda mais complicado quando tentamos mapear a imaginativa geografia do sexo [...], ou quando tentamos ler a sexualidade através de uma teoria favorita, um manual de instrução ou de acordo com as visões dos chamados especialistas, quando inserida no currículo escolar na sala de aula universitária — quando, digamos, a educação, a sociologia, a antropologia colocam sua mão na sexualidade — a linguagem do sexo torna-se uma linguagem didática, explicativa, e, portanto, dessexualada. Mais ainda: quando o tópico do sexo é colocado no currículo, nós dificilmente podemos separar seus objetivos e fantasias das considerações históricas de ansiedades, perigos e discursos predatórios que parecem catalogar certos tipos de sexo como inteligíveis, enquanto outros tipos são relegados ao domínio do impensável e do moralmente repreensível. Por causa dessas preocupações e ansiedades da própria professora de não estar preparada para responder as questões das estudantes e

de que a aula se dissolva numa luta de poder entre o conhecimento das estudantes e o conhecimento da professora. (p 65)

Com a onda conservadora no Brasil, precisamos combater o moralismo, o eugenismo e a normalização conforme afirma Louro (2016, p. 67):

A versão da sexualidade ainda não tolerada, (ao menos no currículo escolar) é pouco exercitada, entretanto, nas vidas cotidianas das pessoas e no domínio da cultura mais ampla: na literatura, no filme, na música, na dança, nos esportes, na moda e nas piadas. É, com frequência, difícil distinguir, na literatura pedagógica sobre sexualidade, a versão normal da crítica, porque mesmo a versão crítica não consegue ultrapassar o moralismo e as categorias eugenistas da normalização. Nós podemos encontrar a paixão pela ignorância nas duas versões. E, contudo, devemos estar dispostas a fazer uma exploração, a criar a coragem política necessária quando tentamos aproximar o sexo e a educação.

As relações entre gênero e raça é uma outra questão, na qual, por exemplo, os marcadores sociais interseccionados impactam nossas existências trans. Para uma “pessoa trans negra”, a exemplo da travesti brasileira Lynn da Quebrada, que em sua arte traz a música subalterna, marginalizada. Ela contesta a estabilidade do centro e ressalta as existências corporais e suas diversas expressões a partir de corpos e modos de vida “transviados, periféricos, bicha, travesti, *queer*.” (JUNIOR; DE LORENA SILVA; 2018).

O racismo estrutural é um marcador social forte, e esta opressão cruzada potencializa ainda mais a nossa convivência nos espaços sociais institucionais. Quem tem voz e vez, passabilidade garantida nas instituições, ainda são as pessoas brancas heterossexuais. O debate sobre raça é interseccionado ao de gênero e diversidade sexual.

Sobre as questões de raça e negritude, lembramos aqui de Madame Satã, travesti e negra, um corpo que não seguia as normas de gênero, se tornou ícone histórico para a/nossa militância travesti. Sobre a invisibilidade de mulheres transexuais negras, a exemplo da dramaturgia e no cinema, Oliveira e Ribeiro (2018), fazem uma importante reflexão, ao afirmarem que:

Controle, perseguições, exclusões, violências físicas e simbólicas, marcam as existências de travestis e/ou mulheres transexuais negras, africanas e brasileiras, desde o final do século XVI. Suas trajetórias têm sido negligenciadas pelas pesquisas acadêmicas, mesmo entre os/as estudiosos de gênero e de relações étnico-raciais. Parte do silêncio

que contribui para que sejam esquecidas pela história tradicional se relaciona ao racismo e a transfobia que são constitutivas das sociedades normalizadoras e normatizadoras como a brasileira, que privilegia a branquidão e a cisgêneridade heterossexual. As pesquisas que discutem a sociedade brasileira até o século XIX, ignoram sistematicamente a existência de travestis e/ou mulheres transexuais. Mesmo quando são identificadas, via de regra, são tratadas como homossexuais masculinos, como acontece com Xica Manicongo, Joane, Yaya Mariquinhas e Rosalina, descritas e tratadas como homens fantasiados de mulher, ainda que reivindicassem um tratamento no gênero feminino (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2018, p. 22).

A questão da invisibilidade de mulheres transexuais negras é evidente que quando se faz uma busca, de forma simples, sobre transexualidade nos buscadores na internet, a exemplo do Google, Yahoo e AllTheWeb, os temas usuais e recorrentes que aparecem são da área da saúde: transexualidade é biológico; transexualidade não é transtorno psiquiátrico; transexualidade e travestilidade na saúde, etc., o que demonstra a falta de produção sobre mulheres transexuais negras e assim a negligência da existência histórica de pessoas e personagens trans brasileiros.

1.4 Pesquisas sobre/com/as Travestis/Transexuais nos Programas de Pós-Graduação na Amazônia nortista

As pesquisas com “pessoas T entre gêneros”, vêm sendo desenvolvidas desde os anos 1980, mas ainda são em número pouco expressivo, principalmente no contexto nortista amazônico, como nos mostra a pesquisa de Fabiano Gontijo (2017, p. 50):

Desde as décadas de 1980/90, a diversidade sexual e de gênero vem se consolidando como um forte objeto de estudo nas mais diversas instituições de ensino e pesquisa nacionais, principalmente nas ciências humanas e sociais. São abordados temas variados que vão desde as questões básicas acerca do que é ser homossexual e como se constituem as categorias de designação vinculadas às identidades, às identificações e à diversidade sexual e de gênero eventualmente decorrentes das práticas sexuais entre sujeitos considerados (ou que se consideram) como sendo do mesmo sexo/gênero e as formas de sociabilidades homossexuais, até questões mais particulares ou singulares acerca da literatura e das produções culturais homossexuais ou homocultura; do mercado e do consumo "gays" ou "mercado rosa"; da especificidade da saúde de mulheres homossexuais ou de sujeitos transexuais e do envolvimento no combate à epidemia de HIV/Aids; do envelhecimento em homossexuais; da organização política de gays, lésbicas, travestis e transexuais; das tecnologias da

transexualização, dos sexos e dos gêneros; dos novos regimes morais; das experiências religiosas homossexuais; do preconceito, da discriminação e da homofobia; dos direitos e do acesso à cidadania; das conjugalidades, das parentalidades e dos arranjos familiares homossexuais; dentre tantos outros temas. No entanto, pouco ou nada se escreveu sobre esses e outros temas em contextos rurais e interioranos e/ou em situações etnicamente diferenciadas, sobretudo amazônicas.

A produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades que compõem os estados da região Norte que abordam a travestilidade e transexualidade, ainda são poucas. A maioria dos estudos encontrados estão em outros programas de pós-graduação, principalmente os das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Na Amazônia nortista, Estevão Fernandes sinaliza a importância de pesquisas sobre/com os sujeitos sociais amazônicas, ao afirmar que:

se reconheçam as complexas e dinâmicas interações desses sujeitos rurais, interioranos, indígenas e/ou quilombolas, caboclos e ribeirinhos, sobretudo amazônicos, e sua maneira criativa de constituir relações afetivas, voltando-se assim para a maneira como os “padrões hegemônicos de normalidade” seriam (re)interpretados e experimentados (talvez às avessas) em contextos culturais distintos, criando novos ou outros sujeitos imbuídos de novas ou outras moralidades e (até mesmo) constituindo novas ou outras legalidades. Somente assim, enquanto pesquisadores engajados, estaremos aptos para pensar, com nossos interlocutores, sobre a maneira como os direitos – geralmente elaborados por sujeitos envolvidos num jogo político que desconsidera as realidades rurais, etnicamente diferenciadas e interioranas das expressões da diversidade sexual e de gênero –, podem ser negociados, a partir de um diálogo mais simétrico, de modo a atender às demandas dos povos, populações e grupos subalternizados em seu reconhecimento identitário, principalmente quando suas experiências (da diversidade sexual e de gênero) os tornam duplamente subalternos, inferiores e marginais. (FERNANDES, 2017, p. 365).

Situados na Amazônia, pesquisamos no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no período de 2015 a 2020, quatro descritores: “Travesti”, “Transexual”, “Heteronormatividade” e “Trans”, numa busca individual para minerar os trabalhos existentes. Nos Programas de Pós-Graduação em Educação, encontramos apenas três pesquisas: a tese de Francisco Duarte, de 2015, na UFPA, que tem como título “As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida” que analisa as representações

sociais de quatro sujeitos LGBT, trazendo questões sobre educação, diferenças e escolarização, aproximando a Teoria da Representatividade Social à Teoria Queer, partilhando os sentidos e imagens atribuídos à escola e as questões de sexualidade, com empoderamento como uma forma de compensação aos enfrentamentos que tiveram em suas vidas escolares.

A outra pesquisa é da Dissertação de Mestrado de Mayanne Adriane Cardoso de Souza, de 2019, na UEPA, intitulada: “Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas” versando sobre a heteronormatividade nas escolas e principalmente sobre as experiências escolares vivenciadas pelos/pelas estudantes transgêneros nas escolas de Belém/PA. O estudo de Mayanne reforçou a necessidade de atitudes que minimizem o preconceito contra as pessoas trans.

Já a pesquisa de Dissertação de Silvane Lopes Chaves, do ano de 2015, na UFPA, com o título “Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação”, se baseia no pensamento de Nietzsche e Foucault, apresentando o corpo trans como um paradigma de inclusão da educação. A autora aborda um levantamento histórico do corpo, relacionando-o com a educação, em um espaço de desterritorialização do masculino e do feminino.

Os estudos e pesquisas têm evidenciado a existência de preconceito e discriminação com travestis, transexuais e transgêneros, seja na educação ou no mercado de trabalho. Logo, as investigações reverberam que a família como primeiro grupo social de pertença, é excludente; a escola e a Universidade, apesar das cotas afirmativas, reproduzem os processos homofóbicos; e a vida social que “acolhe” as pessoas humanas “travestis/transexuais”, as “mulheres Trans”, as “pessoas T entre gêneros”, as colocam em vulnerabilidade social, marginaliza-as, e empurram-nas para o lugar de subalternização e minorização, o que nos exige cada vez mais práticas de “pesquisa implicada” “com/as minorias nortistas amazônidas” (ROCHA, 2019) e “reflexão-ação curricular” que faça “justiça curricular”.

Nesse sentido, nosso Grupo de estudos e pesquisas de currículos educacionais das/para/com minorias sociais nortistas amazônidas - CNPq/UFT Gepce/minorias no último quadriênio, tem produzido com/as minorias sociais nortistas amazônidas, num esforço de Pesquisa Implicada (Pesquisa-ação) fenomenológica, engajada e constituída na base por etnocompreensões, intercriticamente construídas com/para a diversidade sexual e de gênero, articulando seus estudos e pesquisas na linha de pesquisa “Currículo, formação de professores, saberes docentes” no Mestrado em Educação e na linha de pesquisa “Educação na Amazônia: formação do educador, práxis pedagógica e currículo” no Doutorado em Educação na Amazônia.

A partir da perspectiva curricular estamos embrenhadas com a noção da “educação como direito humano” em que “reflexões-ações curriculares” possibilitem não apenas pesquisas “sobre”, mas, “com” as pessoas LGBTQIA+ como “direito humano à educação”. Nesse sentido, nosso grupo de pesquisa Gepce/minorias vem promovendo a formação pela Pesquisa Implicada, Pesquisa-Formação: 2 (duas) mestras mulheres negras; 1 (uma) mestra lésbica; 8 (oito) mestres gays; 1 (um) mestre pansexual; 9 (nove) mestres heterossexuais; 2 (dois) gays cisgêneros doutorandos; 1 (uma) mulher trans doutoranda, 1 (uma) mulher negra doutoranda e diversas publicações em artigos, dossiês, livros e capítulos de livros, incluindo 3 (três) documentários, abordando a questão de estudos de gênero, identidade e diferença.

O artigo “Experiências de/com uma "pessoa T" indígena entre gêneros do/no cotidiano tocantinense” (ROCHA, COELHO, FERNANDES, 2020), publicado na Revista Teias em 2020, aborda a travestilidade indígena como experiência, vivência e narrativa e pré-texto para a discussão das práticas curricularizantes cisheteronormativas. Por outro lado, no texto “Pesquisas com/as minorias nortistas amazônidas: aportes teóricos de um pós-currículo das diferenças” (ROCHA, 2019), publicado nos Anais da 39ª Anped nacional em 2019, nos posicionamos sobre as pesquisas com as quais temos nos envolvido e nos ocupado com/as pessoas LGBTQIA+. Com elas/estas apreendemos que cada vez menos cabemos nos binarismos macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, hétero/homo/bi. São pesquisas com

implicação e engajamento político, assumindo nossa “posição de sujeito”, tentando descentrar o sujeito moderno, pois nessa perspectiva o próprio currículo escolar esconde “a produção social e histórica das identidades e diferenças, servindo como um mecanismo de exclusão e subalternização de todos aqueles sujeitos que não se assemelham ao sujeito moderno” (ROCHA, 2019).

Reafirmamos naquele texto que às pesquisas em educação, reivindicamos nomear as minorias sociais e para/com elas pesquisar, aprender, saber, viver, pensar currículo, para que possamos “descentrar” o sujeito da educação e “estranhar” o currículo normativo.

ENSAIOS (IN)CONCLUSIVOS

A presença/vivência de “corpas travestis/transsexuais” no espaço educacional da escola, da Universidade, na pós-graduação e pesquisa constitui resistência, um posicionamento político e um dispositivo educativo. Por dentro das escolas e universidades é preciso transgredir esse espaço e esse “lugar” organizado e estruturado na heteronorma. É preciso estudar/pesquisar/incluir gênero na escola, na Universidade, porque essas instituições sempre foram estruturadas pela perspectiva de gênero binária (masculino e feminino) e nesse sentido, “vigiam e punem” as dissidências sexuais e a diferença. Estamos afirmando que “corpas travesti/transsexual” tem “lugar” no “corpo discente” da pós-graduação e pesquisa na Amazônia; tem “lugar” como professora na escola.

As questões de gênero e sexualidade são muito complexas, mas não de difícil entendimento. Além do respeito, é preciso ressignificar as constituições corporais e pelo menos minimamente operar com construções de gênero descentradas do binarismo cisheteronormativo. Especialmente na escola e na educação básica, é preciso dar “lugar” aos alunos na construção livre de sua expressão de gênero, possibilitando a percepção e vivência do modo como se sentem, se identificam, se veem, pois, essa condição e esse “lugar” ainda são muito negados nos ambientes escolares.

Pensamos que dar “lugar” é promover acesso à educação básica, à educação superior, à pós-graduação com permanência e qualidade de formação, para que elas as “corpas travestis/transsexuais” se tornem corpo docente também da pós-graduação em educação na Amazônia.

Todas nós, pessoas que se assumem mulheres travestis/trans, passaram/passamos por algum momento difícil do desenvolvimento, na infância e na adolescência, ou mesmo na vida adulta, no processo de se reconhecer /construir a identidade de gênero. A escola, a Universidade, a pós-graduação e pesquisa não podem tornarem-se um “não lugar” e/ou “lugar” de exclusão, silenciamento, invisibilidade das “pessoas T”, ou até mesmo “lugar” de imposição identitária de gênero, mas, “lugar” em que os/as alun@s e professor@s possam ter liberdade de expressão para construir “educação como prática de liberdade transgressora” (hooks, 2017).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, 2012.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
<https://antrabrazil.org/assassinatos/>

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da sobre modernidade**. 1ª ed. francesa. Lisboa: 90 Graus. 2005.

BONASSI, B.C. et al. Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, 17(3), 83-98. 2015. Disponível em:
<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al/1283-pdf-pt> Acesso em 17 ago. 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2 eds., Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria Inez Carvalho; SALES, Marcea Andrade; SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. Os sinos dobram por nós: o mundo, o Brasil e as narrativas curriculares dos últimos tempos. In: **Revista Teias**, v. 17, n. 47, 2016.

CHAVES, Silvane Lopes. **Sobre corpos insolentes**: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação.

DE JESUS SOUZA, Elaine; DORNELLES, Priscila Gomes; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Corpos que desassossegam o currículo de biologia:(des) classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 1, p. 278-300, 2021.

EIRAS, Natalia. Megg Rayara, travesti e doutora: "Preconceito expulsa trans das escolas". **Universa**. 12 ago 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/02/12/megg-rayara-travesti-e-doutora-preconceito-expulsa-trans-das-escolas.htm> Acesso em 28 mar 2023.

EVANS, Fernando. Unicamp tem 1ª travesti doutora: 'Universidade aprendeu a se transformar para que pessoas como eu caibam ali'. **G1**. Campinas e região. 08 fev 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/unicamp-tem-1-travesti-doutora-universidade-aprendeu-a-se-transformar-para-que-pessoas-como-eu-caibam-ali.ghtml>> Acesso em 28 mar 2023.

FERREIRA JUNIOR, S. do E. S.; COSTA, A. C. **Dissidentes, Violentos e Violentáveis: LGBTs nas narrativas de violência da Amazônia Paraense**. RUA, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 525–551, 2016. DOI: 10.20396/rua.v22i2.8647948. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8647948> Acesso em: 10 jun. 2021.

GONTIJO, Fabiano. As experiências da diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 50-53, mar. 2017. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000100017&lng=en&nrm=iso Acesso em 17 ago. 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000100017>.

HOOKS, Bell. A teoria como prática libertadora. In: HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2 ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto; DE LORENA SILVA, João Paulo. Corpos transviados ao Sul do Equador: o que Linn da Quebrada tem a nos (des) ensinar? **Revista Cocar**, v. 12, n. 23, p. 318-341, 2018.

LOURO, Guacira Lopes et al. (Coord.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, 3ªed. Autêntica, Belo horizonte, 2016.

MAGRIN, Natália P. et al. O Corpo na Pós-Graduação em Educação: Entre Linguagens, Cultura, Ensino e Inclusão. *RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 17, n. 37, 2021.

'Minha conquista serve de exemplo', diz 1ª travesti doutora do Brasil. **G1**. Ceará. 20 ago. 2012. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html>> Acesso em 28 mar 2023.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Transexistências negras: O lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação**, p. 69, 2018.

PAULA, Carlos Eduardo Artiaga. SILVA, Ana Paula da. BITTAR, Cléria Maria Lôbo. Vulnerabilidade legislativa de grupos minoritários. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(12):3841-3848, 2017. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017021203841&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 25/04/2021.

PASSAMANI, Guilherme R. "Meninos não Choram" e a Experiência Transexual nas Fronteiras de Gênero, Sexualidade e Machismo. **Revista Gênero na Amazônia**, Belém, n. 6, julho/dezembro, 2014 http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-6/artigos/10_Meninos_nao_Choram.pdf

RIBEIRO, Rômulo Cambraia. "**Tá pensando que travesti é bagunça?!**" **decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá, AP**. Orientador: Alexandre Adalberto Pereira. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/454> Acesso em: 09 mai. 2021

ROCHA, Damião. COELHO, Marcos Irondes. FERNANDES, Alexandre Araripe. Experiências de/com uma "pessoa T" indígena entre gêneros do/no cotidiano tocantinense. **Revista Teias**, v. 21, n. 61 (2020). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49500>

ROCHA, J. Damião T. Justiça curricular em tempos supremacista, moralista, conservador. In: HONORATO, Rafael Ferreira de Souza, SANTOS, Edilene da Silva. (Orgs.). **Políticas curriculares (inter)nacionais e seus (trans)bordamentos**. Rio de Janeiro, RJ: Ayvu Editora, 2020.

ROCHA, Maria José Pereira; DE JESUS LEÃO, Amanda Franciele.
Transexualidade forçada, gênero e o filme a pele que habito. Guará,
Goiânia, v. 7, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2017.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total.
Cadernos PET-Filosofia, v. 18, n. 2, 2020. Disponível em
<https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171> Acesso em 02 dez 2022.

SALDAÑA, Paulo; PALHARES, Isabela. Ministro da Educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC. **Folha de São Paulo**. São Paulo e Brasília, 24 set. 2020. Disponível em: <
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-e-desigualdade-educacional.shtml> Acesso em 12 abr. 2021.

SILVA (UFRA), Dielly de Castro; SOUSA (UFRA), Jheime Matos de; RIBEIRO (UEPA), Milton. Fabricações de gênero na Amazônia-Brasil: estudo de caso em uma escola pública de Manaus-AM. **Margens**, [S.l.], v. 14, n. 23, p. 61-83, may 2020. ISSN 1982-5374. Disponível em:
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/9580>
Acesso em: 18 ago. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/mri.v14i23.9580>.

SILVA, Jardinélio Reis da; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Narrativas de professoras lésbicas e professores gays no ambiente escolar heteronormativo no nordeste do Pará. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 12, p. 275-290, 2020
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2538>

TAVARES, Gleydson da Paixão. Mulheres transexuais/travestis: a vulnerabilidade educacional nas instituições de ensino. **Revista Cocar**. V.16 N.34/2022 p.1-17.
[file:///C:/Users/Admin/Downloads/Mulheres+transexuais++travestis+a+vulnerabilidade+educacional+nas+instituicoes+de+ensino%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/Mulheres+transexuais++travestis+a+vulnerabilidade+educacional+nas+instituicoes+de+ensino%20(2).pdf)

Recebido em: 21 de agosto de 2022.

Aprovado em: 04 de abril de 2023.

Publicado em: 18 de abril de 2023.

